

UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DE EDITORIAL COMO GÊNERO TEXTUAL

Tatiana Gloor Teixeira¹
Cristiane Fuzer²

RESUMEN Investigaciones acerca de géneros textuales demuestran la funcionalidad de ese aspecto para la enseñanza de lengua. En ese sentido, el objetivo de este trabajo es presentar algunas nociones teóricas sobre géneros textuales, así como el análisis de un género mediático: el editorial. Utilizando como base la concepción de género como acción social (BAZERMAN, 2006), el intuito es proporcionar subsidios teóricos y metodológicos para el trabajo con ese género textual en las clases de lengua portuguesa. Como el editorial se organiza predominantemente por el modo disertativo-argumentativo, presentamos algunas marcas lingüísticas (índices de evaluación, operadores argumentativos, modalizadores) que pueden ser encontradas en ese modo de organización. El análisis evidencia las especificidades de los editoriales, permitiendo su reconocimiento como género textual, una vez que siguen un padrón de funcionamiento y organización. Así, percibimos que, para comprender un texto e identificar el género textual a que pertenece, es preciso que observemos una serie de factores contextuales y elementos lingüísticos, ya que la lengua ofrece diversas posibilidades de construcción de sentido de acuerdo con la intención del hablante/escritor en cada situación socio-comunicativa.

PALABRAS-CLAVE: género textual; editorial; contexto; marcas lingüísticas de la argumentación 2 espaços somente

1 INTRODUÇÃO

A regência verbal, a sintaxe de concordância, o problema da crase, o sinclitismo pronominal, nada disso era reduzido por mim a tabletes de conhecimentos que devessem ser engolidos pelos estudantes. Tudo isso, pelo contrário, era proposto à curiosidade dos alunos de maneira dinâmica e viva, no corpo mesmo de textos, ora de autores que estudávamos, ora deles próprios, como objetos a ser desvelados e não como algo parado, cujo perfil eu descrevesse (FREIRE, 1985, p. 18).

A proposta de trabalho com língua portuguesa citada por Paulo Freire parece bastante diferente da que conhecemos na realidade da maioria das escolas brasileiras. Lemos e ouvimos muitos relatos de pessoas que estudam as particularidades de sua língua materna desde criança e, quando adultos, afirmam não saber português. Essa questão é intrigante, pois como uma pessoa que se comunica a maior parte do tempo em português pode não sabê-lo? Muitos esclarecem que o problema está na escrita, na aplicação das regras gramaticais, o que também não deixa de ser intrigante, uma vez que, desde as séries iniciais, as tais regras gramaticais são apresentadas aos estudantes. Tudo isso nos faz crer que a visão normativa da língua no ensino

¹ Graduada em Letras – Habilitação Português e Literaturas de Língua Portuguesa. Tutora do Curso de Letras Português da UAB/UFSM. Mestranda em Educação/UFSM.

² Orientadora. Professora Adjunta do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Santa Maria. Doutora em Letras.

de língua portuguesa não tem sido suficiente, porque se estuda a língua de forma fragmentada e afastada de uma finalidade comunicativa voltada para a realidade dos alunos (BRASIL, 1998, p.18).

Silva (2009) apresentou uma reportagem sobre o analfabetismo funcional, afirmando que 15% dos jovens brasileiros não têm habilidades de leitura e escrita compatíveis com sua escolaridade. Ou seja, alguma coisa está errada: quais serão os maiores desafios enfrentados pelas escolas para desenvolver um ensino produtivo de Língua Portuguesa? Será que as políticas públicas não são adequadas? Será que os professores não estão preparados para novas metodologias?

Assim, muitas constatações de fracasso escolar de diversos estudantes e muitos questionamentos, como os citados acima, mobilizaram a elaboração de documentos oficiais com o intuito de melhorar o ensino, em específico, o ensino de língua portuguesa. Entre esses estão os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Esse documento foi lançado em 1998 pelo Ministério da Educação (MEC), a fim de

servir de apoio às discussões e ao desenvolvimento do projeto educativo de sua escola, à reflexão sobre a prática pedagógica, ao planejamento de suas aulas, à análise e seleção de materiais didáticos e de recursos tecnológicos e, em especial, que possam contribuir para sua formação e atualização profissional. (BRASIL,1998, p. 5).

Recentemente, outro documento desse cunho foi elaborado especificamente para o estado do Rio Grande do Sul pela Secretaria de Educação (SEDUC/RS), o projeto Lições do Rio Grande. Esse projeto especifica habilidades, competências cognitivas e conteúdos mínimos que devem ser desenvolvidos em cada série.

O que esses documentos têm em comum é o fato de defenderem um ensino de língua que tenha como objetivo de aprendizagem o conhecimento discursivo-textual e linguístico implicado nas práticas sociais de aprendizagem. Nesse sentido, as competências nucleares serão a leitura e a produção de textos de variados gêneros textuais. Assim, é de suma importância a pesquisa e o estudo dos gêneros textuais, uma vez que eles são essenciais para o ensino de língua e seus usos no contexto social, conforme explicitam as políticas públicas específicas para a educação.

Nesse contexto, este trabalho tem o propósito de apresentar algumas noções teóricas sobre gênero textual, bem como uma análise de exemplares de um gênero midiático: o editorial. Com isso, esperamos proporcionar subsídios teóricos e metodológicos para o trabalho com esse gênero em aulas de língua portuguesa.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Nesta seção, abordamos os pressupostos teóricos que embasaram a análise de editoriais na perspectiva de gênero textual. Começamos com o pensamento de Bakhtin (2003) sobre os gêneros do discurso, com o qual se relaciona a abordagem de gênero como ação social, com base em Bazerman (2006). Na sequência, examinamos algumas particularidades acerca do gênero editorial descritas em estudos prévios. Para concluir esta seção, apresentamos algumas marcas linguísticas recorrentes da argumentação, com base em pressupostos da Linguística Textual descritos por Koch (1995).

2.1 GÊNERO COMO AÇÃO SOCIAL

Os estudos de Mikhail Bakhtin têm sido ponto de partida para as discussões teóricas e para os avanços pedagógicos do ensino de línguas. Rodrigues (2005) explica que, a partir das críticas às práticas tradicionais de leitura e produção textual, defende-se atualmente uma concepção de ensino-aprendizagem voltada para a interação verbal social, tendo os gêneros do discurso como foco central do trabalho. Assim, para compreendemos melhor alguns conceitos, observemos o que nos explica Bakhtin (2003, p. 262):

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo [...]. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*.

O autor esclarece que o uso da língua se efetua em forma de enunciados proferidos pelos participantes de um ou outro espaço da atividade humana. Além disso, destaca que possuem uma estabilidade relativa, uma vez que, embora sejam respostas a situações sociais periódicas, os gêneros

organizam nossas experiências, a fim de dar-lhes sentido. Dessa forma, conforme argumenta Carvalho (2005, p.133), os gêneros *são os meios pelos quais vemos e interpretamos o mundo e nele agimos*, o que evidencia o seu caráter social, marcado pelo diálogo e pela possibilidade de interação.

Como podemos observar, Bakhtin (2003), de alguma forma, já introduziu o caráter social dos gêneros; entretanto, alguns estudiosos enfatizam e desenvolvem um pouco mais a compreensão do conceito de gênero como ação social. Carvalho (2005, p. 133), quando retoma conceitos de estudos anteriores, esclarece que *compreender os gêneros socialmente pode nos ajudar a explicar como encontramos, interpretamos, reagimos e criamos certos textos*. Em outras palavras, argumenta-se que as características de um determinado gênero são definidas a partir de convenções do discurso que são socialmente estabelecidos em uma ação conjunta. Isso não significa que eles sigam sempre uma estrutura rígida, e sim que ocupam um papel relevante na ação social, já que funcionam como mediadores dentro da sociedade.

Outro estudioso que também segue a perspectiva de gênero como ação social é Bazerman (2006). Ele explica que, quando começamos a seguir padrões comunicativos recorrentes, as pessoas acabam se familiarizando com eles e, então, começam a reconhecer melhor nossas intenções mais facilmente. Além disso, explica que *essas formas de comunicação reconhecíveis e autorreforçadoras emergem como gêneros* (BAZERMAN, 2006, p. 29). No entanto, o reconhecimento dos gêneros a partir de características formais determinadas não proporciona, de acordo com o autor, uma compreensão completa de gênero, pois, tendo apenas essa visão, acabamos concebendo os gêneros como atemporais e iguais para todos.

Nessa perspectiva teórica, para reconhecermos um determinado gênero textual, é preciso observar alguns aspectos que sinalizam a espécie de texto que é. Com base nas diretrizes metodológicas propostas por Bazerman (2006), explicitadas na seção 3, analisamos neste trabalho o gênero editorial. Algumas especificidades desse gênero já estão descritas em estudos prévios, conforme apresentamos na próxima seção.

2.2 O GÊNERO EDITORIAL

O editorial é um gênero de texto que circula em diferentes veículos de comunicação, como em jornais, revistas, periódicos. Neste trabalho, estudamos editoriais publicados em jornais, pelo fato de alguns autores, como Souza (2006), defenderem que esse seja o gênero exclusivo desse veículo, enquanto que, em outros veículos, estejam presentes variáveis do gênero.

Segundo Pereira & Rocha (2006), o editorial é um texto que procura evidenciar a opinião do jornal. Isso não significa que apresenta o ponto de vista apenas do dono da empresa, mas sim da maioria dos funcionários que compõem a empresa ou agência jornalística. Quem redige é o editor ou outra(s) pessoa(s) que trabalha(m) para o jornal ou revista e é denominado editorialista. No entanto, conforme explica Souza (2006), o editorialista não assina o texto, uma vez que seu conteúdo representa a opinião do jornal – portanto, institucional – e não sua opinião pessoal.

O gênero textual em estudo tem a função social de se posicionar diante de algum acontecimento, política pública ou fato social recente, apresentando argumentos que possam influenciar, de alguma maneira, a opinião dos leitores. Em vista dessa função, o editorial é um texto de base dissertativo-argumentativa, constituído por enunciados que orientam a argumentação e por marcas linguísticas (como operadores argumentativos, índices de avaliação, modalizadores) que colaboram para sinalizar a tese e os argumentos que a desenvolvem. Relações entre tese e argumentos são estabelecidas, segundo Koch (2004), por alguns elementos da língua que têm por função principal estabelecer relações textuais. Tais elementos são os recursos de coesão textual.

Além dos estudos apresentados, que demonstram certa clareza em relação a particularidades do editorial como um gênero textual, ainda há outros que abordam questões de classificação desses textos. Melo (1985), por exemplo, destaca quatro especificidades do editorial: impessoalidade (por não ser assinado e ser escrito geralmente na 3ª pessoa do singular ou na 1ª pessoa do plural); topicalidade (por tratar em geral de apenas uma questão); condensabilidade (por ser claro e breve); plasticidade (pelos fatos do cotidiano não serem estáticos).

Outros autores destacam a especificidade opinativa do editorial, como Beltrão (1980, p. 60), quando enfatiza que esse gênero textual *tem sempre que tomar partido, pois sua finalidade é aconselhar e dirigir as opiniões dos leitores. Não se pode reservar: tem de decidir-se.*

Nesse sentido, embora cada estudioso enfatize determinadas especificidades do editorial como um gênero textual, é importante, como explica Koch (2003, p. 30), destacar que *o sentido de um texto, qualquer que seja a situação comunicativa, não depende tão somente da estrutura textual em si mesma.* Isso quer dizer que outros elementos estão subjacentes à estrutura textual. Nesse sentido, muitas vezes algumas informações necessárias para a plena compreensão de um texto estão justamente no seu exterior, no contexto de produção e de circulação, cabendo ao interlocutor proceder a seleção de informações que permita a construção do sentido desse texto. Assim, na próxima seção, abordamos a noção de contexto, a fim de apreendermos melhor a contribuição dos dados contextuais para a produção de sentido de um texto.

2.3 VARIÁVEIS CONTEXTUAIS

A noção de contexto adotada neste trabalho advém da teoria sistêmico-funcional da linguagem, com base em Halliday (1989). Esse autor, retomando estudos anteriores, apresenta uma distinção entre *contexto de situação* e *contexto de cultura*. Conforme explica Ferreira (2010, p. 72), *contexto de cultura pode ser entendido como tudo aquilo que constitui a história cultural dos participantes das interações verbais*, enquanto *contexto de situação refere-se não apenas à situação, mas também ao ambiente verbal onde o texto se insere.*

Além disso, o contexto de situação é definido a partir de três variáveis: campo, relação e modo. Barros & Fuzer (2007) explicam que a primeira variável aborda a natureza da atividade social que é desenvolvida a partir da linguagem, bem como o tema, o conteúdo e os objetivos. A segunda variável refere-se aos papéis desempenhados pelos participantes em determinada atividade. A última variável refere-se ao papel desempenhado pela língua no

processo de interação, que inclui o canal (gráfico ou fônico), o meio (falado ou escrito) e o modo retórico (persuasivo, expositivo, didático, etc.).

Nesse sentido, a análise das variáveis contextuais dos editoriais escolhidos parte dos pressupostos teóricos desenvolvidos por Halliday (1989), uma vez que analisamos aspectos não só do sistema linguístico, mas também referências exteriores ao texto. Esses dados são fundamentais para a construção de sentido do texto, pois esse sentido *é construído na interação texto-sujeitos e não algo que preexistia a essa interação* (KOCH, 2003, p. 17). Portanto, os elementos do contexto, associados aos recursos linguísticos apresentados na próxima seção, dão subsídios para compreendermos o propósito e o funcionamento da linguagem nos editoriais selecionados para análise.

2.4 O MODO DE ORGANIZAÇÃO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO

Para este estudo, é importante distinguirmos gênero textual e modo de organização de texto (ou *tipologia textual*). Marcuschi (2002) afirma que a expressão *tipo textual* é utilizada para mencionar sequências determinadas pela natureza linguística de aspectos (lexicais, sintáticos, tempos verbais, etc.) de sua composição. Ou seja, explica que esses tipos de textos abrangem categorias como narração, dissertação, descrição, exposição, injunção. Os gêneros textuais, por sua vez, conforme esclarecido na seção 2.1, são *tipos relativamente estáveis de enunciados* (BAKHTIN, 2003, p. 262). Marcuschi (2002) complementa essa afirmação, abordando que os gêneros textuais são realizações linguísticas concretas que se caracterizam por propriedades sócio-comunicativas. Assim, as tipologias textuais (narração e relato, descrição, dissertação, injunção) são elementos que compõem a organização dos gêneros textuais materializados em textos.

Neste trabalho, destacamos o modo dissertativo-argumentativo, já que o editorial se organiza predominantemente a partir desse modo. Para tanto, apresentamos algumas marcas linguísticas que podem ser encontradas nesse modo de organização, conforme explicita Koch (1995). Os exemplos entre parênteses são apenas ilustrativos.

Uma dessas marcas são os índices de avaliação, que traduzem uma valoração de fatos, estados ou qualidades atribuídas a um referente. Avaliações positivas ou negativas podem ser realizadas por categorias gramaticais como: adjetivos (eficiente, inoportuno), substantivos (eficiência, selvageria), verbos (elogiar, agredir).

Um recurso linguístico usado para evidenciar um maior ou menor grau de comprometimento com o que se declara é chamado modalizador. Há dois tipos básicos de modalizadores: do eixo da possibilidade (eu creio, é possível, talvez, etc.) ou da certeza (eu sei, é certo que, com certeza, etc.).

Determinados elementos da gramática da língua têm por função indicar a força argumentativa dos enunciados, orientando o leitor para determinada leitura. Trata-se dos operadores argumentativos. São utilizados, em vários casos, para contrapor argumentos orientados para conclusões contrárias (mas, porém, entretanto, embora), para sinalizar o argumento mais forte numa escala (até, inclusive, etc.) ou o mais fraco (ao menos, pelo menos, etc.).

Há, também, elementos gramaticais que apontam um tipo de relação lógica entre o conteúdo de duas proposições, mostrando a estratégia do argumentador. Esses elementos constituem os operadores do tipo lógico. Em algumas ocasiões, orientam causas (porque, pois, uma vez que) ou consequências (consequentemente, por isso, com isso) de algum fato, introduzem conclusões (portanto, dessa forma), sinalizam condições (se, contanto, desde que), dentre outras relações.

Por fim, um recurso retórico de grande importância, já que a partir dela se estabelecem as oposições, os jogos de palavras, as metáforas, é a seleção lexical. As escolhas de um determinado léxico (adjetivação, nominalização, nomes abstratos indicativos de qualidades, etc.) pode estar a serviço da argumentação, possibilitando que se revele a intenção argumentativa do texto. Por exemplo, em um dos editoriais analisados, encontramos a palavra preocupante, que se refere a uma das constatações de um estudo. A partir dessa palavra, podemos compreender qual é a análise do autor do texto em relação a um dos resultados da pesquisa.

3 METODOLOGIA

Para desenvolver este estudo, seguimos algumas das diretrizes metodológicas definidas por Bazerman (2006) para realizar uma investigação acerca de gêneros textuais.

Em primeiro lugar, definimos o *corpus* de análise: três textos exemplares do gênero textual editorial, que foram publicados na edição impressa, na seção *Editoriais* do jornal *Zero Hora*. Referimos por E1 o texto intitulado *Estrangeirismo e liberdade*, publicado no dia 21 de abril de 2011 (Anexo A); E2 o texto *Valorização do professor*, divulgado no dia 29 de abril de 2011 (Anexo B); e E3 o texto *Falta de qualificação*, publicado no dia 30 de abril, também durante o ano de 2011 (Anexo C). A seleção foi feita a partir de temas relacionados à educação e à língua portuguesa.

Em segundo lugar, definimos as ferramentas analíticas de como reconhecer um gênero textual a partir da concepção de gênero como ação social. Estas foram as questões norteadoras da análise:

- Quais os dados contextuais dos editoriais selecionados (objetivos, participantes da interação, modo de organização predominante, temas abordados)?
- Quais os aspectos da estrutura desse gênero (como o tema é referido, onde a tese aparece)?
- Quais as marcas linguísticas mais recorrentes nos textos desse gênero?
- Como fatores de textualidade se realizam nos textos? Quais são mais marcados?

Com base nessas considerações, apresentamos, a seguir, os resultados da análise dos editoriais selecionados.

4 ANÁLISE DE EDITORIAIS

Nesta seção, destacamos os dados contextuais e linguísticos que contribuíram para a compreensão da função social do gênero editorial. Tal análise, conforme já foi explicitado, baseou-se na concepção de gênero como ação social e nos recursos linguísticos típicos da argumentação.

Para descrevermos o contexto em que se inserem os textos analisados, consideramos as três variáveis propostas por Halliday (1998). Para a descrição do campo, buscamos dados sobre o jornal *Zero Hora*, do qual foram coletados os editoriais. Esse jornal surgiu em 1964 e tem como responsáveis atualmente membros da família Sirotsky. Segundo informa Motta (2010), é um dos periódicos com forte tiragem e alcance no extremo sul do Brasil. Isso indica que a opinião defendida por esse veículo torna-se influente devido ao alcance que o jornal possui. Essa opinião é expressa enfaticamente a partir dos editoriais, que articulam o ponto de vista da agência jornalística sobre fatos recentes. Todos os editoriais aqui analisados tratam de temas que foram muito destacados pela mídia e pelo próprio jornal *Zero Hora* alguns dias antes da publicação do editorial.

Quanto aos participantes da interação, identificamos que são o editorialista, provavelmente o editor do jornal com a colaboração da equipe de edição, e os leitores do jornal que estejam interessados em conhecer a posição desse veículo sobre certos fatos. A distância social entre esses participantes é máxima, já que o enunciador não conhece pessoalmente os leitores, embora tenha em consideração aspectos geográficos e culturais das comunidades onde o jornal circula. Nesse sentido, para cada episódio abordado nos três exemplares do gênero editorial selecionados para esta análise, são apresentadas e defendidas teses distintas. A seguir, apresentamos os temas e as teses de cada editorial analisado.

O E1 trata sobre a aprovação pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul do projeto de lei que proibirá o uso exacerbado de estrangeirismos no estado. O ponto de vista que se verifica no texto é contrário a tal proibição. O E2 aborda a campanha de valorização dos professores, posicionando-se a favor de tal campanha. O E3 discorre sobre a falta de qualificação profissional, denunciando o sistema de formação ultrapassado e defendendo iniciativas que possam modificar essa situação.

Para que os editoriais alcancem os objetivos a que se propõem, predominam em sua organização elementos linguísticos que configuram o modo dissertativo-argumentativo. Em relação à especificação do tema e da tese, percebemos que os autores utilizam estratégias semelhantes nos três

editoriais: no parágrafo de introdução, a situação é contextualizada, e a tese é sinalizada a partir, principalmente, de índices de avaliação e da seleção lexical.

No E1, o posicionamento desfavorável ao projeto de lei aprovado pelos deputados gaúchos é evidenciado pelos seguintes índices de avaliação negativos (em destaque): *a lei [...] é um contrassenso; impedi-los com leis é inoportuno e inócuo*. Essas marcas linguísticas materializam a função social que o gênero editorial tem na sociedade: abordar um assunto que envolve a coletividade e manifestar uma opinião a respeito – neste caso, refletindo o que poderia ser a opinião da maioria das pessoas.

No E2, identificamos o posicionamento do jornal a partir da seleção lexical, uma vez que, quando o autor se refere à campanha de valorização do professor, utiliza palavras e orações que qualificam positivamente a iniciativa. Por exemplo: *[a campanha] é daquelas iniciativas que precisam contar com o apoio da sociedade.; Um dos méritos do programa [...]*. Assim, a partir de construções que delineiam uma imagem positiva da campanha, o editorial procura fazer com que os leitores aceitem e compartilhem de sua tese.

O E3 inicia com a caracterização da formação da mão de obra no Brasil, afirmando que essa formação possui deficiências e é incapaz de atender à demanda do país. Após apresentar os dados da pesquisa do Instituto de Pesquisas Avançadas (Ipea), evidencia sua tese a partir de modalizadores do eixo da certeza: *Governos, escolas e empresas devem finalmente reagir [...]; O resultado dessa deficiência é um paradoxo que exige intervenção [...]*.

É possível identificar, também, alguns tipos de argumentos que o editorialista utiliza para desenvolver a tese defendida. No E1, observamos que o autor, durante todo o texto, utiliza argumentos contrários e favoráveis a sua tese, a fim de tentar eliminar hipóteses de contestação. Essa é a estratégia chamada de contra-argumentação, que colabora para o convencimento do leitor, uma vez que os mais variados argumentos contrários à tese, que poderiam ser questionados, são apresentados e minimizados com ideias que desconstruem essas informações desfavoráveis. Isso pode ser verificado nos seguintes excertos:

Mesmo que, em muitos casos, o estrangeirismo possa dificultar a compreensão dos textos e que abusos transformem informações banais em

comunicados intrincados, nenhuma lei pode impor limitações a ideias que se expressam as línguas.

O chamado estrangeirismo é um fenômeno mundial, que provoca reações e inclusive restrições em outros países, *mas* querer impedi-lo é inoportuno e inócuo [...].

No primeiro fragmento, o operador lógico mesmo que anuncia antecipadamente que o argumento seguinte é o que prevalecerá. No segundo excerto, o operador lógico e também argumentativo mas frustra uma expectativa que se criou no destinatário. No primeiro fragmento, temos também um operador argumentativo: inclusive. Apesar de introduzir uma questão com maior força argumentativa que os outros citados anteriormente, esse operador, nesse caso, acaba sendo também refutado a partir do uso do operador mas, que coloca em oposição as ideias apresentadas e dá destaque para a ideia que o segue.

No E2, a opinião favorável à campanha de valorização do professor é desenvolvida por meio de causas e consequências dessa iniciativa. Isso é sinalizado no texto a partir da explicação desenvolvida pelos autores sobre a causa do lançamento da campanha, que é a necessidade de melhorar a educação. A consequência, caso a campanha alcance efeitos positivos, serão professores possuindo mais recursos econômicos para se manterem atualizados, a fim de acompanhar o perfil atual dos estudantes. Embora essa consequência esteja dissolvida ao longo do texto, ela fica evidente a partir da conclusão introduzida pelo operador lógico portanto no excerto: *O educador, portanto, precisa se mostrar preparado[...]*. Além disso, o editorialista utiliza um questionamento no segundo parágrafo que incita a reflexão acerca da necessidade da valorização dos educadores, para que os jovens sintam-se motivados a escolherem o magistério como profissão. Outro recurso utilizado para sustentar a tese são os modalizadores do eixo do saber, recebendo destaque nesse texto precisam. Segundo Koch (1995), verifica-se nesse elemento um conteúdo proposicional, acrescentando a indicação de modalidade sob a qual ele deve ser interpretado. O operador argumentativo inclusive também aparece nesse texto, a fim de finalizar o editorial destacando a principal contribuição da campanha dentre as possíveis: a valorização do ponto de vista salarial.

O E3 defende que é necessário que o poder público e empresas mantenedoras de entidades que formam mão de obra ajam para modificar a situação de desqualificação profissional. Para sustentar essa tese, o editorialista utiliza como estratégia argumentativa o apelo ao testemunho de autoridade, ao citar dados estatísticos e disponibilizar a fonte desses dados: o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Assim, a pesquisa realizada pelo Instituto é a autoridade que qualifica os dados apresentados. Nesse texto, também compõem a argumentação os modalizadores do eixo do saber, como devem, exige, precisam. Esses modalizadores dão um tom autoritário ao texto, já que os editorialistas conduzem os leitores a crerem que seus argumentos são verdadeiros.

Os operadores lógicos também colaboram para o encadeamento do texto, como: porque, mas, mesmo que. Tais operadores introduzem, nesse texto, respectivamente, explicação (introduz o motivo de certas vagas não serem preenchidas no mercado de trabalho), oposição (contrapõe duas ideias: pessoas que têm habilitação, mas não têm qualificação), concessão (mesmo o país atingindo pleno emprego, há muitos profissionais que não estão qualificados para o trabalho).

Como podemos observar na análise dos editoriais, os operadores são marcas linguísticas bem recorrentes nesse gênero textual. Esses elementos ajudam a constituir dois critérios de textualidade: a coesão e a coerência. O primeiro refere-se, conforme explica Koch (2004), a um fenômeno que se compõe por grupos de mecanismos cuja função é assinalar certas relações de sentido entre enunciados ou parte de enunciados. Tais mecanismos são tanto os operadores do tipo lógico quanto os argumentativos, os quais colaboram para “costurar” as informações que constituem os textos. O segundo critério, a coerência, possibilita a atribuição de sentidos ao longo dos textos, é o que torna um texto coerente a certas situações comunicativas. A partir desse critério, podemos observar se determinadas informações apresentadas nos textos ou determinadas relações estabelecidas constituem argumentos pertinentes para fundamentar a tese.

Além desses dois critérios, a análise das marcas linguísticas nos editoriais mostra a materialização de outro importante critério de textualidade: a intencionalidade. Nesse gênero textual, tal critério alcança o grau máximo, à

medida que pretende que o leitor compartilhe do mesmo ponto de vista. Tal intencionalidade define os objetivos, a escolha do modo de organização do discurso, a tese a ser defendida, os marcadores de argumentação. Todos esses aspectos contribuem para tipificar a linguagem usada nos editoriais.

O critério situacionalidade também contribui para a construção do sentido dos editoriais, pois, conforme já foi explicitado em outras seções, esses textos abordam questões da atualidade, que foram tratadas pelo jornal alguns dias antes ou no mesmo dia em que são publicados. Halliday (1989) explica que os tipos de situação determinam os tipos de seleção do sistema linguístico, o que justifica a importância da situacionalidade para a composição desse gênero textual.

Assim, a partir da análise realizada, percebemos que, para compreender um texto e identificar o gênero textual a que pertence, é preciso observamos uma série de fatores contextuais e elementos linguísticos. Isso ocorre porque a língua oferece diversas possibilidades de construção de sentido de acordo com a intenção do falante/escritor em cada situação sócio-comunicativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, considerando o que sugerem as políticas públicas educacionais para o ensino de português no Brasil, apresentamos os resultados da análise de exemplares do gênero editorial, tendo por base algumas noções teóricas a respeito de gênero textual. Tal análise teve por finalidade proporcionar subsídios teóricos e metodológicos para o trabalho com esse gênero em aulas de língua portuguesa.

Abordando a concepção de gênero textual como ação social, é possível compreender que cada gênero desempenha uma função na sociedade, uma vez que funcionam como mediadores de ações sociais. No caso do editorial, observamos que têm a função de levar ao público a opinião de uma empresa jornalística sobre um acontecimento ou fato recente de interesse social. O contexto de produção e circulação e a linguagem usada nos textos analisados neste trabalho evidenciam especificidades típicas dos editoriais de jornal. Como principais especificidades, podemos destacar: o modo de organização

predominante dissertativo-argumentativo, a constituição do texto por enunciados que orientam a argumentação e por marcas linguísticas (como operadores argumentativos, índices de avaliação, modalizadores) que colaboram para sinalizar a tese e os argumentos.

Com a proposta de análise aqui apresentada, esperamos contribuir para a compreensão de como a língua pode ser estudada a partir da perspectiva de gênero textual, conhecendo uma das formas possíveis de analisar exemplares de um mesmo gênero. Esperamos também que este trabalho inspire estudos sobre outros gêneros textuais, de modo a sistematizar subsídios contextuais e linguísticos para a leitura de textos pertencentes a diferentes gêneros em aulas de língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003[1929].

BARROS, N.C.A.; FUZER, C. **A transitividade em textos jurídicos e a relação com as atividades de sujeitos processuais**. In: INTERNATIONAL SYSTEMIC FUNCTIONAL CONGRESS, 33rd, 2006, São Paulo. Proceedings... São Paulo: PUCSP, 2007. Disponível em: http://www.pucsp.br/isfc/proceedings/Artigos%20pdf/31sd_fuzer_671a692.pdf. Acesso em: 13 maio 2011.

BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Tradução e organização de Angela Paiva Dionísio e Judith Chambliss Hoffnagel. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006

BELTRÃO, L. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, G. **Gênero como ação social em Miller e Bazerman: o conceito, uma sugestão metodológica e um exemplo de aplicação**. In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FERREIRA, M. A. **Para gêneros discursivos: Linguística Sistêmico-Funcional**. *Linguagens e Diálogos*, v. 1, n. 1, p. 69-81, 2010. Disponível em: <http://linguagensdialogos.com.br/2010.1/textos/04art-Marcia.pdf>. Acesso em: 13 maio 2011.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. Part A. In: HAALIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

_____. **El lenguaje como semiótica social: la interpretación social del lenguaje y del significado**. Traducción de Jorge Ferreiro Santana. Santafé de Bogotá, Colombia: Fondo de Cultura Económica, 1998.

KOCH, I.G.V. **A coesão textual**. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **A inter-ação pela linguagem**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1995.

MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. In: DIONÍSIO, Ângela et al. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MELO, J. M. **A opinião do jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOTTA, D.A. **Os direitos humanos no Jornal Nacional e no Diário Gaúcho: entre a dominação e a emancipação**. In: ENCONTRO DE DIREITOS HUMANOS DA UNESP, 4, 2010.

PEREIRA, R. M. F.; ROCHA, T. F. **Discurso midiático: análise retórico-jornalística do gênero editorial**. Monografia (Bacharelado em Jornalismo) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006 Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-rose-mary-rocha-thais-discurso-midiatico.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2011.

RODRIGUES, R. H. **Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin**. In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

Secretaria de Estado da Educação. **Lições do Rio Grande**. Porto Alegre: SE/DP, 2009.

SILVA, M. **Uma lenta caminhada para vencer o analfabetismo funcional**. Revista Nova Escola [on-line]. n. 228, dez. 2009. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/avaliacao/uma-lenta-caminhada-analfabetismo-funcional-alfabetismo-inaf-instituto-paulo-montenegro-leitura-escrita-518768.shtml>. Acesso em: 15 abr.

SOUZA, M. M. de. **Transitividade e construção de sentido no gênero editorial**. Recife: UFPE, 2006. Tese (Doutorado em Letras), Universidade de Pernambuco, Recife, 2006 Disponível em: <http://www.ufpe.br/pgletras/2006/teses/tese-maria-medianeira.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2011.

ZERO HORA. **Estrangeirismos e liberdades**. Editorial. Edição nº 16.664, ano 47, p.12, 21 abr. 2011.

_____. **Valorização do professor.** Editorial. Edição nº 16.672, ano 47, p. 20, 29 abr. 2011.

_____. **Falta de qualificação.** Editorial. Edição nº 16.673, ano 47, p. 14, 30 abr. 2011.

Anexo A

Editorial (E1): Estrangeirismo e Liberdades

Estrangeirismos e liberdades

A aprovação pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul de lei que obriga a tradução de expressões ou palavras estrangeiras para a língua portuguesa, sempre que houver um termo equivalente, é um contrassenso encaminhado agora à avaliação do governador Tarso Genro, a quem cabe sancionar ou vetar o projeto. Certamente, há excessos injustificáveis, como indicações de produtos de higiene e limpeza, o que pode inclusive levar a equívocos perigosos. Outros exageros banalizaram o uso de expressões pelo comércio, como se os consumidores fossem mais seduzidos por liquidações e ofertas quando anunciadas em inglês.

Nada disso justifica a adoção de normas restritivas ao uso de palavras estrangeiras, em quaisquer circunstâncias. Mesmo que, em muitos casos, o estrangeirismo possa dificultar a

compreensão de textos e que os abusos transformem informações banais em comunicados intrincados, nenhuma lei pode impor limitações a ideias que se expressam em todas as línguas. O chamado estrangeirismo é um fenômeno mundial, que provoca reações e inclusive restrições em outros países, mas querer impedi-lo com leis é inoportuno e inútil, até porque tais controles dificilmente seriam exercidos.

Na justificativa do projeto aprovado pelo Legislativo, o autor da iniciativa, deputado Raul Carrion (PC do B), classifica a disseminação de palavras estrangeiras como “imposição cultural” e pode até ter razão em alguns aspectos. O que não cabe é tentar substituir o que define como imposição por proibições em desacordo com a evolução de todas as formas de expressão, que não se resumem à linguagem objetiva escrita e falada, mas

também à arte, à literatura, à moda, enfim, a todas as manifestações culturais e comportamentais de uma sociedade.

Os deputados ignoram, com a aprovação do projeto, a influência positiva de expressões estrangeiras na comunicação dos jovens e no dinamismo da própria língua portuguesa. O português estará bem protegido com melhoria da qualidade do ensino, se os estudantes forem estimulados a ler e a escrever e se a própria população encontrar mecanismos de defesa das suas identidades. Num mundo globalizado e interligado pelas redes sociais da internet, a ameaça do estrangeirismo é menor que o risco de submeter o direito de expressão a controles estatais.

ZERO HORA. **Estrangeirismos e liberdades**. Editorial. Edição nº 16.664, ano 47, p.12, 21 abr. 2011.

Anexo B

Editorial (E2): Valorização do professor

Valorização do professor

Lançada pelo movimento Todos Pela Educação, a campanha de valorização dos professores é daquelas iniciativas que precisam contar com o apoio da sociedade. O objetivo, como resume o slogan “Um bom professor, um bom começo”, é justamente reforçar a importância dos educadores e pressionar por melhorias que favoreçam tanto quem ensina quanto quem está em fase de aprendizado. Um dos méritos do projeto é o de chamar a atenção para o aspecto de que um profissional bem formado e atualizado é o que tem mais chance de se realizar na atividade e de cumprir bem o seu papel de educar cidadãos para a vida adulta.

Muitas das dificuldades que precisam ser enfrentadas na área

educacional no país estão ligadas justamente a essas questões. Como atrair jovens motivados para o magistério se a remuneração inicial é irrisória e se não há perspectivas de avanços significativos ao longo da carreira? Além disso, mesmo ganhando normalmente menos do que gostaria, um professor precisa investir em formação constante e se manter permanentemente atualizado com as transformações registradas à sua volta e no mundo.

Numa velocidade impressionante, as redes sociais contribuem para multiplicar linguagens e tendências, computadores portáteis substituem os cadernos de temas, as lousas perdem espaço para os monitores, cada vez mais as cidades antes buscadas no globo de mesa

ou no mapa-múndi podem ser localizadas em um clique. O educador, portanto, precisa se mostrar preparado para encarar sociedades mais complexas, estudantes em grande parte marcados pela ausência dos pais na formação pessoal e níveis crescentes de violência dentro e fora da escola.

As profundas transformações no perfil dos alunos em geral, legadas pelas mudanças socioeconômicas, impõem um novo modelo de profissional do ensino. A campanha recém lançada dará uma contribuição importante se motivar os brasileiros a valorizar as novas exigências, que se constituem em pressuposto para maior reconhecimento e valorização, inclusive sob o ponto de vista salarial

ZERO HORA. Valorização do professor. Editorial. Edição nº 16.672, ano 47, p. 20, 29 abr. 2011.

Anexo C

Editorial (E3): Falta de Qualificação

Falta de qualificação

Apesar dos repetidos alertas de órgãos do governo e de entidades privadas, vem crescendo o descompasso entre o dinamismo da economia e as deficiências na formação de mão de obra, incapaz de atender, com qualificação, às demandas desse crescimento. Recente estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) reforça o diagnóstico sobre as deficiências de formação de profissionais para as mais variadas áreas e nos mais diversos níveis. Constata o Ipea que as vagas para técnico de nível médio, como construção civil, indústria e comércio, não são preenchidas porque os candidatos não satisfazem os requisitos exigidos. Só no Rio Grande do Sul, há pelo menos mais de 30 mil ofertas de emprego à espera de profissionais.

Governos, escolas e empresas devem finalmente reagir à constatação

mais preocupante no estudo, segundo a qual muitos trabalhadores, recém formados ou mesmo com experiência, apresentam habilitação formal para as tarefas que pretendem desempenhar, mas não têm qualificação. São pessoas mal preparadas para o mercado, por deficiências do ensino básico ou dos cursos profissionalizantes que frequentaram. Tal cenário não se resume ao ensino técnico de nível médio e estende-se também à formação superior. Informa o instituto que, dos engenheiros formados, somente 28% obtêm notas consideradas de alto desempenho, e quase 30% têm resultados apenas medianos. O resultado dessa deficiência é um paradoxo que exige intervenção: mesmo que o país tenha atingido o pleno emprego, pelo menos 1 milhão de profissionais não encontrarão trabalho este ano por não

estarem qualificados para as funções oferecidas.

Com um sistema de formação técnica que o próprio governo admite estar ultrapassado, o país não pode ser indiferente ao fato de que faltam profissionais em determinadas áreas, enquanto outras formam trabalhadores para vagas escassas ou inexistentes. A União promete começar a corrigir as distorções com o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que beneficiará o Rio Grande do Sul com sete escolas técnicas e 8,4 mil vagas. É um começo, que depende não só do setor público. Como lembra o Ipea, também as empresas, mantenedoras de entidades encarregadas de formar mão de obra, precisam participar desse esforço.

ZERO HORA. **Falta de qualificação.** Editorial. Edição nº 16.673, ano 47, p. 14, 30 abr. 2011.